

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PATROCÍNIO –
APAE**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021**

I. CONTEXTO OPERACIONAL

NOTA 01

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Patrocínio – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 17.839.937/0001-58, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter assistencial, educacional, cultural, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, com atividade preponderante na área de Assistência Social, tendo sede na Rua Marechal Floriano, nº 170, Bairro Cidade Jardim, e foro no município de Patrocínio/MG, conforme artigo 2º do Estatuto Social.

Possui Título de Utilidade Pública Estadual conforme Decreto nº 15.047 de 07/12/1972 e Municipal conforme Lei nº 1.208 de 05/12/1972, registro nos Conselhos Municipais de Educação sob o nº 001 e Assistência Social sob o nº 09, Dos Direitos da Criança e do Adolescente sob o nº 02, Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde nº 2196212 e Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social concluído. Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com validade até 31/12/2021 conforme Portaria nº 92, de 08/05/2019, publicada no DOU nº 90, 13/05/2019, o qual está sendo renovado através do protocolo nº 235874.0184158/2021.

A Apae de Patrocínio tem como finalidade estatutária, em consonância com o artigo 9º do Estatuto Social:

- I. Promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e transtornos globais do desenvolvimento, em seus ciclos de vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos, buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;
- II. Prestar serviço de habilitação e reabilitação ao público definido no inciso I deste artigo, e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social, realizando atendimento, assessoramento, defesa e garantia de direitos, de forma isolada ou cumulativa às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla, e para suas famílias;
- III. Prestar serviços de educação especial às pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla;
- IV. Oferecer serviços na área da saúde, desde a prevenção, visando assegurar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência, preferencialmente intelectual e múltipla.

Os benefícios das ações desenvolvidas são realizados de forma contínua e gratuita, sem nenhuma contrapartida financeira dos beneficiados e seguindo o princípio da universalidade, sem discriminação de qualquer natureza.

Os recursos financeiros para a promoção dos objetivos estatutários advêm de parcerias públicas, doações de pessoas físicas e jurídicas, promoções e vendas de produtos de produção própria, conforme artigo 10º do Estatuto Social.

Os dirigentes, não remunerados, exercem suas funções e atividades através do Conselho Consultivo, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, os quais prestam contas da sua gestão anualmente à Assembleia Geral constituída pelos associados da Apae. Nenhum membro destes órgãos percebe qualquer remuneração, direta ou indiretamente, pelas funções que lhe são atribuídas.

II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

NOTA 02

As demonstrações contábeis estão elaboradas e apresentadas de acordo com as normas emanadas pela Lei das Sociedades por Ações e Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, especialmente o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros e demais disposições complementares. Aplica-se também a NBC TG 1000 – Contabilidade para Médias Empresas ou as normas completas (IFRS completas) naqueles aspectos não abordados por esta interpretação.

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

III. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

NOTA 03 – Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

NOTA 04 – Apuração de receitas e despesas

As receitas são registradas considerando o regime de competência, e são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros.

As despesas da entidade são apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências fisco legais.

ATIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

NOTA 05 – Caixa e equivalentes de caixa

Os valores registrados em disponibilidades referem-se a saldos de caixa em espécie, saldos bancários de livre movimentação e de movimentação restrita a projetos.

NOTA 06 – Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço, com base no regime de competência. A administração optou por aplicações de perfil conservador, buscando reduzir riscos de perdas.

NOTA 07 – Valores a receber

Os valores a receber são contabilizados observando o regime de competência. São recursos financeiros provenientes de termos de parceria e convênios firmados com órgãos governamentais, os quais, periodicamente, a Apae presta contas de sua utilização, disponibilizando também toda documentação para qualquer fiscalização.

Para a contabilização das subvenções governamentais a Entidade atende a Resolução 1.409/2012 que aprova a ITG 2002 (R1) que descreve em seu item 9 sobre o reconhecimento de contas patrimoniais e de resultado observando a NBC TG 07 (R2) – Subvenções e outras formas de assistência social. São essas:

- Serviços prestados:

SUS/CER II: R\$ 280.000,00;

- Subvenções e repasses:

Repasso do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS): R\$ 179.776,50;

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): R\$ 187.702,85.

- Outros:

Doação processo judicial 000248201903: R\$ 84.000,00.

Total: R\$ 731.479,35

Além dos Termos de parceria e Convênios a receber, também são contabilizados nesse grupo os adiantamentos realizados a funcionários a receber, férias e convênios médicos e tributos a recuperar/compensar. São esses:

- Adiantamentos a funcionários:

Funcionários/diversos: 1.310,97

Convênio médico Unimed: 7.769,35

Férias: 62.397,86

Total: 71.478,18

- Tributos a recuperar/compensar:

IRRF: 60,00

CSRF: 2,11

INSS: 1.000,00

Total: 1.062,11

Total do grupo Valores a receber: 804.019,64

NOTA 08 – Estoques

Os estoques do almoxarifado constantes no Balanço Patrimonial se referem a materiais de consumo, didático, limpeza e outros, utilizados nas áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e manutenção da Instituição. Dentre eles:

- Almoxarifado:

Gêneros alimentícios: 4.397,16

Material didático: 9.585,21

Material de consumo: 76.117,68

Material de manutenção: 9.103,52

Material de limpeza: 32.802,94

Total de estoque em almoxarifado: 132.006,51

NOTA 09 - Investimentos

Os investimentos se referem a cotas de cooperado registradas pelo valor de aquisição acrescidas de atualizações até a data de 31/12/2021 conforme os informes enviados pelas instituições. São elas:

Expocacer Coop. Dos Cafeicultores do Cerrado Ltda: 70.164,81

Banco Sicoob Coopacredi: 16.717,72

Banco Sicoob Credicopa: 1.501,55

Total: 88.384,08

NOTA 10 – Imobilizado

10.1 – Mensuração e Reconhecimento

Os ativos do imobilizado se apresentam pelo valor de custo de aquisição compreendendo os custos iniciais assim como todo e quaisquer gastos realizados para adquirir o imobilizado e colocá-lo em condições de uso e custos subsequentes sendo todo e quaisquer gastos essenciais, seja porque prolongam a vida útil do ativo, ou por força de normas e legislações.

Os ativos adquiridos são diretamente alocados e contabilizados aos setores; administrativo, rural, da saúde, educação e assistência social de acordo com suas necessidades e requisições.

10.2 – Mensuração após o reconhecimento inicial

A mensuração dos ativos do imobilizado, após o reconhecimento inicial, são pelos custos menos depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável de ativos acumulados.

10.3 – Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada item. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais não foram revistos no encerramento do exercício financeiro em 31/12/2021.

Eventuais ajustes caso aconteça serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

PASSIVOS CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

NOTA 11 – Obrigações a pagar

A rubrica Fornecedores diversos correspondem aos valores de notas fiscais de produtos e serviços emitidas até a data de 31/12/2021 em aberto a pagar.

NOTA 12 – Obrigações trabalhistas

As obrigações trabalhistas referem-se aos encargos da folha de pagamento do mês 12/2021, uma vez que os salários são pagos até o último dia útil de cada mês.

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

O grupo de obrigações trabalhistas é composto por:

INSS: 13.806,68

IRRF: 4.700,48

Provisão de férias e encargos: 104.519,74

Total: 123.026,90

NOTA 13 – Termos de parcerias a realizar

Os valores registrados no grupo Termos de Parceria a realizar são referentes a termos de parcerias e convênios a receber e/ou a realizar contabilizados conforme orientação da NBC TG 07 (R2) – Subvenções e outras formas de assistência social. São eles:

FUNDEB: 376.737,48

FNDE/PDDE: 7.422,80

Repasse FMAS: 179.776,50

Incentivo Fiscal – PRONAS: 635.943,93

Doação Processo Judicial 000248201903: 84.000,79

Emenda Parlamentar 36000383688: 18.721,75

Emenda Parlamentar 36000.351262: 85.683,43
Emenda Parlamentar 31860002: 62.153,15
Emenda Parlamentar 7114.0019: 31.271,65
Termo de Fomento 1481001597/2021 Esporte: 52.158,99
Emenda Parlamentar 36000411262: 155.500,00

Total: 1.689.370,47

NOTA 14 – Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos de transação. Após o reconhecimento inicial, financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos com vencimentos até o encerramento do próximo exercício social estão classificados no passivo circulante, e os com prazos superiores, no passivo não circulante.

O valor constante na rubrica Empréstimo Sicoob Credicopa no Balanço Patrimonial refere-se a contratação de um empréstimo para aquisição de energia fotovoltaica para a Chácara Morada do Sol (propriedade da Apae) no valor total de R\$ 175.000,00 dividido em 40 prestações mensais de R\$ 4.375,00 a ser acrescido de correção monetária equivalente a 119% do CDI conforme cédula nº 364519 do Sicoob Credicopa. Desse valor total, já foi amortizado o valor de R\$ 56.875,00 equivalente a uma parcela no ano de 2020 e doze parcelas no ano de 2021, restando um saldo de R\$ 118.125,00 divididos entre Passivo Circulante (R\$ 52.500,00) e Passivo Não Circulante (R\$ 65.625,00).

RECEITAS

NOTA 15 – Subvenções, parcerias e convênios

Para a contabilização das subvenções governamentais a Entidade atende a Resolução 1.409/2012 que aprova a ITG 2002 (R1) que descreve em seu item 9 sobre o reconhecimento de contas patrimoniais e de resultado observando a NBC TG 07 (R2) – Subvenções e outras formas de assistência social.

Exercício	Concedente	Atividade	Descrição	Valor recebido	Valor realizado
2021	Governo Federal	Educação	FNDE	12.880,00	12.098,79
2021	Governo Municipal	Educação	FUNDEB	417.534,40	349.459,34
2020*	Governo Municipal	Assist. Social	Termo de Fomento 01/2019	-	19.880,21
2021	Governo Municipal	Assist. Social	Repasse FMAS	119.094,40	119.094,40
2021	Governo Federal	Saúde	Convênio SUS/CER II	1.680.000,00	1.680.000,00

2021	Governo Federal	Saúde	Órteses e Próteses	326.312,35	326.312,35
Total de receitas com restrição das áreas de Educação, Assistência Social e Saúde.				2.555.821,15	2.506.845,09

*Valores recebidos no ano de 2020 e realizados no ano de 2021.

Os recursos recebidos para o financiamento das atividades fins (educação, saúde e assistência social) foram destinados às ações voltadas aos usuários inseridos nos programas e serviços oferecidos pela instituição. Todos os serviços oferecidos foram totalmente gratuitos, sem nenhuma contrapartida do beneficiário.

NOTA 16 – Parcerias/Projetos

No ano de 2021 houve um total de receitas de R\$ 60.448,00 a título de parcerias e projetos da entidade, sendo:

Exercício	Atividade	Descrição	Valor recebido	Valor realizado
2021	Administrativo	Triângulo da Sorte	48.214,00	48.214,00
2021	Administrativo	Doação processo judicial	12.234,79	12.234,00
Total de receitas com Parceiras/projetos			60.448,79	60.448,00

A rubrica “Triângulo da Sorte/Fenapaes” trata-se de uma parceria entre a Federação Nacional das Apaes – FENAPAES e o título de capitalização Triângulo da Sorte, a qual permite que a Apae receba recursos para realização de diversos projetos. No ano de 2021 os projetos realizados com os recursos dessa parceria tiveram o foco, em sua maior parte, ao subsídio da área de Assistência Social, a qual, atualmente, é mais precária de recursos.

A rubrica “Doação processo judicial” trata-se de um acordo judicial do Ministério do Trabalho onde foi determinado aos réus do processo 0002482019030045 Srs. Flávio Caixeta Nunes e Helio Nunes dos Reis que parte do valor da causa seria repassado diretamente para a Apae, sendo o valor total da causa 96.250,00 os quais seriam repassados em 55 parcelas mensais de 1.750,00. No ano de 2021 foi recebido 7 parcelas. Os quais foram utilizados para aquisição de materiais e móveis diversos para garantir condições adequadas de atendimento aos usuários.

NOTA 17 – Emendas Parlamentares

No decorrer do ano de 2021 foram recebidas as seguintes emendas parlamentares:

Exerc.	Concedente	Ativ.	Descrição	Valor recebido	Rendimento Aplicações**	Valor realizado
2020*	Dep. Luis Tibé	Assist. Social	E.P. 3148103	-	1,88	2.521,32
2021	Dep. Eduardo Barbosa	Saúde	E.P. 36000383688	50.000,00	944,16	32.222,41
2021	Dep. Welington Prado	Saúde	E.P. 71140019	50.000,00	682,66	19.411,01

2021	Dep. Greyce Elias	Saúde	E.P. 36000351262	100.000,00	2.410,92	16.727,49
2021	Dep. Eduardo Barbosa	Saúde	E.P. 31860002	100.000,00	901,01	38.747,86
Totais				300.000,00	4.940,63	109.630,09

* Valores recebidos no ano de 2020 e realizados no ano de 2021.

** Rendimentos decorrentes das aplicações financeiras dos recursos recebidos, utilizados em seus respectivos projetos.

NOTA 18 – Associados contribuintes

No ano de 2021 a entidade recebeu contribuições de associados que fazem parte do quadro social da instituição, que manifestaram o desejo de contribuírem espontaneamente para execução dos objetivos da instituição, devidamente cadastrados conforme termos de adesão. O valor recebido em 2021 foi de R\$ 8.770,00, sendo R\$ 8.470,00 de pessoas físicas e R\$ 300,00 de pessoas jurídicas.

NOTA 19 – Doações em bens e em espécie

As doações recebidas pela entidade são reconhecidas como receita quando recebidas. No decorrer do ano de 2021 foram recebidas:

- a) Doações em bens: R\$ 78.519,18. As doações em bens recebidas referem-se a materiais de consumo, limpeza, manutenção e gêneros alimentícios, todos voltados para o atendimento e consumo exclusivo na finalidade da instituição.
- b) Doações em espécie: R\$ 13.646,14, sendo R\$ 6.821,99 de pessoas físicas e R\$ 6.824,15 de pessoas jurídicas. Referem-se a doações espontâneas feitas por pessoas da comunidade e empresas privadas.
- c) Doações incentivadas: R\$ 60.000,00. Referem-se a doações recebidas de empresas privadas por meio de incentivo fiscal conforme Leis 13.019/14, art. 84-B, inciso I e 9.249/95, art. 13, § 2º, inciso III.
- d) A instituição mantém o sistema “Teleapae” como fonte de captação de recursos para financiamento de parte das ações desenvolvidas ao cumprimento dos objetivos estatutários, resultando um montante de R\$ 219.921,95 no decorrer do ano de 2021.

Total de doações recebidas em bens e em espécie: R\$ 372.087,27.

NOTA 20 – Vendas de produção própria

No ano de 2021 a instituição obteve receitas referentes as vendas de produtos de produção própria, como hortaliça, quitandas e cafês, representadas pelas rubricas “Mercado Interno”, “Produtos Agrícolas” e “Oficinas”, resultando um montante de R\$ 1.248.860,13.

Dentre as vendas de produção própria destaca-se o cultivo da cafeicultura (rubrica “Produtos Agrícolas”), que tem como finalidade a captação de recursos próprios para

complementar o financiamento das atividades fins. No exercício de 2021 foram produzidas e comercializadas 1.322 sacas de café.

NOTA 21 – Promoções

A instituição realizou promoções durante o exercício de 2021 para captação de recursos para financiamento das atividades fins e execução dos objetivos propostos, sendo:

Feijoada da Apae:	R\$ 101.400,48;
Bazar beneficente:	R\$ 12.946,65;
Troco Solidário:	R\$ 7.545,41;
Campanha dos Correios:	R\$ 21,86;
Campanha Dia de Doar:	R\$ 417,00.

Total arrecadado: R\$ 122.331,40.

NOTA 22 – Outras Receitas

As denominadas outras receitas nas demonstrações financeiras referem-se a:

Aviso prévio/multas contratuais:	R\$ 7.518,78;
Aluguéis:	R\$ 2.410,32;
Eventuais:	R\$ 6.795,85;
Venda de ativo imobilizado:	R\$ 43.000,00;
Restituição de PIS:	R\$ 157.207,66.

Eventuais: Trata-se de vendas de sucatas e objetos recicláveis, vendas de uniformes a funcionários, créditos por realização de operações bancárias através do SicoobNet, e outros.

Venda de ativo imobilizado: Refere-se à venda de um Trator Agrícola 235 (R\$ 18.000,00) e um Ônibus M.Benz Induscar Apache A, 2005/2006 (R\$ 25.000,00) conf. recibos e comprovantes.

Restituição de PIS: Foi contratada a empresa de assessoria tributária Salix Alba para entrar com recursos perante a Receita Federal para restituição do PIS, o qual era pago pela Apae de forma indevida, uma vez que a mesma é imune do recolhimento dessa contribuição sobre a folha de pagamento devido a possuir o certificado CEBAS. O recurso obteve êxito e foi possível restituir os recolhimentos dos últimos cinco anos.

Total de outras receitas: R\$ 216.932,61.

NOTA 23 – Receitas financeiras

O valor constante nessa rubrica se refere à:

- Descontos financeiros obtidos: 66,98;
- Recebimentos de distribuição de sobras referente as cotas de cooperado registradas no grupo de Investimentos do Ativo (nota 09): 996,09;
- Atualização dos investimentos permanentes (referente a nota 09): 85.389,61;

- Rendimentos de conta poupança: 78,10;
- E rendimentos de aplicações financeiras apropriados até a data de 31/12/2021, conforme tabela abaixo:

Atividades	Rendimento anual
Com restrição/Atividades fins	
- Assistência Social	1.176,18
- Saúde	24.880,15
Demais rendimentos s/ restrição	83.937,23
Total de rendimentos de aplicações	109.993,56

Total de receitas financeiras: R\$ 196.524,34.

DESPESAS

NOTA 24 – Gratuidades concedidas

As gratuidades oferecidas aos usuários com deficiência intelectual e múltipla são registradas sob o título “Programas/Atividades Fins”, nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, acrescidas dos rateios referente às despesas administrativas e custos com alimentação dos usuários, estando respaldados em documentação hábil e apuração da contabilidade de custos.

As gratuidades concedidas pela entidade, no exercício de 2021, através dos serviços prestados nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, ofertadas aos usuários, sem contrapartida financeira, totalizaram um montante de R\$ 2.816.688,78. Composição:

Áreas	Qte. atendimentos realizados	Recursos financeiros envolvidos	% gratuidade
Educação	161 crianças/dia	569.859,67	100%
Saúde	500 usuários/semanal	1.833.773,45*	100%
Assistência Social	90 usuários/dia	413.055,66	100%

*Soma-se as rubricas Saúde/SUS/CER II e Órteses/Próteses/SUS/CER II.

As receitas da entidade não são provenientes da cobrança dos usuários com deficiência intelectual e múltipla, inseridos e/ou matriculados em qualquer dos programas ou serviços oferecidos, nas áreas de assistência social, educação e saúde. Todos os serviços são oferecidos e realizados de forma totalmente gratuita.

NOTA 25 – Despesas comuns as atividades fins

As despesas comuns as atividades fins, elencadas no demonstrativo financeiro, referem-se as despesas administrativas da instituição que oferecem o suporte necessário para a manutenção dos serviços.

As despesas com salários e encargos do pessoal Administrativo são rateadas entre as atividades fins. O critério utilizado para rateio entre as áreas de atuações foi por meio de percentual dos usuários de cada programa.

Tipo de despesa	Rateio por área				Total
	Educação 25%	Saúde 40%	Assist. Social 25%	Cafeicultura 10%	
Administrativas	70.400,44	112.640,71	70.400,44	28.160,18	281.601,77

NOTA 26 – Captação de recursos

Para complementar o financiamento das atividades fins a Entidade busca captar recursos por meio das seguintes ações:

- a) Produção: os valores relativos à rubrica “Produção”, referem-se ao cultivo da cafeicultura e horticultura, que tem como finalidade a captação de recursos próprios para complementar o financiamento das atividades fins. No exercício de 2021, os custos da horticultura foram de R\$ 5.538,40 e da cafeicultura foram de R\$ 495.559,13 e as receitas durante o exercício foram de R\$ 1.194.326,61 referente a produção e comercialização de 1.322 sacas de café.
- b) Teleapae: serviço de captação de doações por meio de telemarketing feito por uma empresa terceirizada chamada “S&J Desenvolvimento Profissional Ltda - EPP”. No ano de 2021 os custos representaram o montante de R\$ 126.293,47, tendo uma receita de R\$ 219.921,95. O resultado líquido da captação foi de R\$ 93.628,48. Todo recurso captado é destinado a manutenção dos serviços oferecidos.
- c) Mercado interno: venda de produtos produzidos nas oficinas de assistência social realizadas na instituição. O objetivo do mesmo é divulgar o trabalho desenvolvido pelos usuários nas oficinas, com vistas no incentivo da preparação para o mercado de trabalho. O custo total com o mercado interno no ano de 2021 foi de R\$ 33.928,91 e as receitas totais foram R\$ 36.082,27.
- d) Promoções: Referem-se a arrecadação de recursos por meio da promoção de eventos e campanhas. Os custos referentes as promoções em 2021 foram de R\$ 36.636,86, resultando um retorno de R\$ 122.331,40.

NOTA 27 – Outras despesas

No grupo “Outras despesas” a rubrica “Devolução de créditos” refere-se à devolução de 9.682,33 referente à parte de recurso recebido através do projeto PRONAS o qual não foi utilizado.

NOTA 28 – Renúncia fiscal

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2021 está demonstrada na rubrica Renúncia Fiscal, e é composta dos seguintes valores:

- a) Cota Patronal do INSS: R\$ 417.811,91

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	C.PATRONAL 20,000%	TERCEIROS 0,000%	RAT AJUSTADO 2,188%	TOTAL 22,188%
Janeiro	161.352,22	32.270,44	-	3.531,03	35.801,48

Fevereiro	149.237,88	29.847,58	-	3.265,92	33.113,50
Março	146.348,26	29.269,65	-	3.202,69	32.472,34
Abril	141.768,36	28.353,67	-	3.102,46	31.456,13
Mai	144.789,42	28.957,88	-	3.168,57	32.126,46
Junho	141.366,95	28.273,39	-	3.093,67	31.367,06
Julho	144.708,58	28.941,72	-	3.166,80	32.108,52
Agosto	145.917,15	29.183,43	-	3.193,25	32.376,68
Setembro	149.753,61	29.950,72	-	3.277,21	33.227,93
Outubro	142.346,97	28.469,394	-	3.115,12	31.584,52
Novembro	139.286,52	27.857,30	-	3.048,15	30.905,45
Dezembro	143.901,05	28.780,21	-	3.149,13	31.929,34
13º Salário	132.242,54	26.448,51	-	2.894,00	29.342,50
TOTAIS	1.883.019,51	376.603,90	-	41.208,00	417.811,91

b) COFINS: R\$ 60.189,38

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	COFINS 3,000%
Janeiro	140.000,00	4.200,00
Fevereiro	178.241,54	5.347,25
Março	140.000,00	4.200,00
Abril	142.985,00	4.289,55
Mai	199.198,42	5.975,95
Junho	140.000,00	4.200,00
Julho	191.716,95	5.751,51
Agosto	140.000,00	4.200,00
Setembro	217.710,50	6.531,32
Outubro	140.000,00	4.200,00
Novembro	140.000,00	4.200,00
Dezembro	236.459,94	7.093,80
TOTAIS	2.006.312,35	60.189,38

c) PIS: R\$ 16.442,42

COMPETÊNCIA	BASE DE CÁLCULO	PIS 1,000%
Janeiro	-	0,00
Fevereiro	-	0,00
Março	175.509,54	1.755,10
Abril	143.627,25	1.436,27
Mai	152.177,60	1.521,78
Junho	145.492,54	1.454,93
Julho	155.182,31	1.551,82
Agosto	150.487,08	1.504,87
Setembro	152.503,38	1.525,03
Outubro	145.899,08	1.458,99
Novembro	141.631,06	1.416,31
Dezembro	148.490,36	1.484,90
13º salário	133.242,35	1.332,42
TOTAIS	1.644.242,55	16.442,42

Meses que houveram recolhimento e restituição.

NOTA 29 – Trabalho voluntário

Em observância ao disposto no item 19 da ITG 2002 (R1), o valor constante na rubrica “Trabalho voluntário” se trata da prestação de serviços voluntários de um médico ortopedista na área da Saúde.

NOTA 30 – Gratuidades recebidas

A rubrica “Gratuidades” trata-se da cessão de 25 cargos de professores para ensino Fundamental e E.J.A pela Secretaria de Estado de Educação e 07 cargos de professores para ensino infantil cedidos pela Secretaria Municipal de Educação.

NOTA 31 – Características da imunidade

A entidade é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional (CTN), e por isso, imune, a qual usufrui das seguintes características:

- A instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há direito de instituir nem cobrar tributo.

NOTA 32 – Requisitos para imunidade tributária

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 14, estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento pode ser comprovado por sua escrituração contábil, no qual transcrevemos:

- Não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 55, § único, do Estatuto Social);
- Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 33 - Requisitos para manutenção da imunidade tributária

Para usufruir da imunidade tributária, cumpre os seguintes requisitos:

- Não percebe seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes

sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 21, § 2º, do Estatuto Social);

- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 55, § único, do Estatuto Social);
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade no atendimento, sem discriminação de qualquer natureza (art. 10, inciso I, do Estatuto Social);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades sem fins lucrativos congêneres ou a entidade pública (art. 56, § único, do Estatuto Social);
- Consta em seu Estatuto Social a natureza, objetivos e público alvo.

Patrocínio/MG, 31 de dezembro de 2021



Fernando Ramos Bernardes Dias
Presidente



Brenda Ap. Romão Borges Cavalcante
Contadora CRC MG-122976/O-8